



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Sessão ordinária de 28 de abril de 2026

ATA Nº 3/26

----- Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, na sala da Assembleia Municipal, na localidade de Redondo, teve lugar uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência do Senhor João Pedro Velhinho Mendes, Presidente da Assembleia Municipal, sendo a restante mesa composta ainda pela Senhora Vânia Sofia Calado Valverde Siquenique e pelo Senhor André Filipe Canário Major.

----- Eram vinte horas e trinta minutos, quando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Redondo, João Pedro Velhinho Mendes, deu início à sessão, saudando o executivo da Câmara Municipal, os membros eleitos, os presidentes das juntas de freguesia, o secretário da Assembleia, os trabalhadores do município, o público presente e os munícipes que acompanharam a sessão à distância, procedendo-se a seguir à chamada.

----- Depois de efetuada a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros: João Pedro Dias Valente Pereira (PPD/PSD-CDS/PP), João Pedro Velhinho Mendes (CDU-PCP/PEV), Ana Carla Galito Vieira de Carvalho (PPD/PSD-CDS/PP), Vânia Sofia Calado Valverde Siquenique (CDU-PCP/PEV), Nuno Miguel Cochicho Rosa Grilo Festas (PS), Filipa Alexandra Rato do Rosário (PPD/PSD-CDS/PP), André Filipe Canário Major (CDU-PCP/PEV), Tiago Miguel Carola Paulos (PPD/PSD-CDS/PP), Manuel Francisco Pinheiro Valverde (CDU-PCP/PEV), Daniel Jose Chambel Cachopas (PS), Maria Eduarda Trindade Falé (PPD/PSD-CDS/PP), em substituição do membro Francisco Manuel Lúcio Fanica (PPD/PSD-CDS/PP), Rita Maria Basílio Anão Madureira (CDU-PCP/PEV), Ana Marisa Palmeiro Gonçalves (PPD/PSD-CDS/PP), em substituição do membro Rita Silveira Perdigão (PPD/PSD-CDS/PP), João Manuel Quaresma Sousa (PPD/PSD-CDS/PP), Luís Carlos Carriço Rebola (CDU-PCP/PEV), José Carlos Ramalhinho



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Cidade (Presidente da Junta de Freguesia de Redondo) e Henrique Duarte Caeiro Pereira (Presidente da Junta de Freguesia de Montoito). -----

Do Executivo Municipal estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, David Manuel Fialho Galego e os (as) Senhores (as) Vereadores (as) David Manuel Palma Grave, Carla Cristina Ferreira Figueiras, Mariana Rosa Gomes Chilra e Maria Helena Parreira Carraça.

----- Declarada aberta a sessão, com a seguinte Ordem do Dia: -----

1. Informações
2. Comemorações dos 50 anos do Poder Local Democrático
3. Intervenções Políticas a propósito dos 52 anos do 25 de Abril de 1974.
4. Apreciação da Informação sobre a Atividade Municipal
5. Informação sobre a Situação Financeira do Município
6. Assembleia Municipal Descentralizada
7. Orçamento Participativo do Município de Redondo 2027 – Designação do representante de cada força política para integrar a Comissão de Análise.
8. Apreciação do Inventário de todos os Bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação
9. Apreciação, Discussão e Aprovação do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do Exercício de 2025
10. Alteração Modificativa ao Orçamento 2026

Ponto 1

Apreciação e votação das atas número 7/2025 e 1/2026



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Foram submetidas a votação duas atas, uma referente ao mandato anterior e uma ao atual mandato, tendo sido esclarecido que apenas votariam as atas em que os eleitos estiveram presentes. A ata n.º 7/2025 foi aprovada por unanimidade. A ata n.º 1/2026 foi igualmente aprovada por unanimidade.

Deu-se início ao período de discussão antes da ordem do dia.

Inscreveram-se para intervir os eleitos André Major, Manuel Valverde, Daniel Cachopas, bem como o Presidente das Junta de Freguesia de Montoito. Após confirmação das inscrições, foi concedida a palavra ao eleito André Major.

----- O senhor presidente da Assembleia Municipal João Pedro Mendes passou a palavra ao eleito André Major (CDU).

----- O eleito André Major (CDU) iniciou a sua intervenção cumprimentando a Mesa, o Sr. Secretário da Mesa, o Executivo Municipal, os trabalhadores da Câmara Municipal responsáveis pela transmissão da sessão, o público presente e os restantes membros da Assembleia.

De seguida, recordou um pedido anteriormente apresentado relativamente aos Conselhos Municipais, referindo que a informação disponível no sítio eletrónico do Município não se encontra atualizada e que continua em falta a respetiva listagem. Solicitou, por isso, ao Sr. Presidente da Câmara que a mesma seja facultada aos membros da Assembleia.

Num segundo ponto, fez referência à medida de isenção de portagens na A6 e na A2, considerando que a mesma constitui um benefício relevante para os munícipes, nomeadamente nas deslocações para Lisboa.

Referiu, contudo, que, ao procurar efetuar o pedido junto da Via Verde, encontrou algumas dificuldades decorrentes da falta de clareza da informação disponibilizada. Acrescentou ter verificado que outros municípios já disponibilizam informação detalhada sobre os procedimentos necessários para acesso à referida isenção.



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Nesse sentido, sugeri que o Município promova igualmente a divulgação dessa informação, através dos seus canais de comunicação, designadamente do sítio eletrónico e das redes sociais, de forma a facilitar o acesso dos munícipes ao benefício em causa.

----- O senhor presidente da Assembleia Municipal João Pedro Mendes passou a palavra ao eleito Manuel Valverde (CDU).

----- O eleito Manuel Valverde (CDU) iniciou a sua intervenção cumprimentando a Mesa da Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante Executivo, os membros da Assembleia, os técnicos do Município presentes e o público que acompanhava a sessão presencialmente e através da transmissão.

Referiu acompanhar com expectativa as informações prestadas pelo Sr. Presidente da Câmara relativamente ao projeto de requalificação da Ribeira do Freixo, no troço de Santa Susana. Nesse âmbito, e tendo em conta a informação recentemente transmitida em reunião de Câmara, nomeadamente sobre as visitas ao local e os contactos efetuados com alguns proprietários dos terrenos abrangidos, questionou se está prevista a realização de uma sessão pública de apresentação do projeto. Considerou que, atendendo à relevância da intervenção e ao respetivo investimento financeiro, seria importante promover um momento de divulgação e esclarecimento mais alargado junto da população.

Por último, solicitou informação sobre o ponto de situação da candidatura apresentada ao programa CIMAC para aquisição de equipamentos destinados à Proteção Civil, pedindo esclarecimentos sobre o estado do processo e eventuais desenvolvimentos registados.

----- O senhor presidente da Assembleia Municipal João Pedro Mendes passou a palavra ao senhor Presidente da Freguesia de Redondo Henrique Pereira (CDU).

----- O senhor Presidente da Freguesia de Redondo Henrique Pereira (CDU) usou da palavra para recordar alguns assuntos anteriormente abordados em sessões da Assembleia Municipal, nomeadamente a instalação de lombas nas aldeias, a pintura de passadeiras e a



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

construção de instalações sanitárias no parque. Solicitou que estas intervenções não fossem esquecidas e que lhes fosse dada a devida concretização.

----- O senhor presidente da Assembleia Municipal João Pedro Mendes passou a palavra ao eleito Daniel Cachopas (PS). -----

---- O eleito Daniel Cachopas (PS) iniciou a sua intervenção cumprimentando a Mesa da Assembleia, o Executivo Municipal, os restantes membros da Assembleia, os trabalhadores da Câmara Municipal e o público que acompanhava a sessão.

Começou por congratular o Executivo pela intervenção realizada na estrada da Vendinha. Contudo, questionou a razão pela qual não foi aproveitada a oportunidade para proceder igualmente à limpeza da vegetação existente nas bermas, referindo que as ervas se encontram já a ocupar parte da via.

De seguida, questionou se está prevista para breve a conclusão dos trabalhos de reparação na estrada do Rosto de Pau, considerando a urgência da intervenção. Referiu que, embora alguns dos buracos mais críticos tenham sido reparados, subsistem outros que continuam por resolver.

Manifestou ainda preocupação com o estado da Rua Nossa Senhora da Conceição, indicando que, após a realização de trabalhos relacionados com as redes de águas ou saneamento, as valas abertas permanecem apenas preenchidas com terra, sem reposição definitiva do pavimento.

Relativamente à nova extensão do Centro de Saúde, questionou se está prevista alguma intervenção de arranjo urbanístico na área envolvente antes da sua inauguração, designadamente a criação de espaços verdes ou outras melhorias exteriores.

Por último, solicitou informações sobre o estado das obras em curso na zona das Pontes, no acesso por Montoito. Embora reconhecendo que a intervenção não é da responsabilidade do Município, questionou se existe alguma previsão para a conclusão dos trabalhos, atendendo à sua duração prolongada.



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

----- O senhor presidente da Assembleia Municipal João Pedro Mendes passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Redondo iniciou a sua intervenção cumprimentando a Mesa da Assembleia Municipal, os membros do Executivo, os eleitos da Assembleia Municipal, os trabalhadores do Município, o Secretário da Assembleia e o público presente e que acompanhava a sessão através da transmissão online.

Relativamente à questão colocada sobre os Conselhos Municipais, informou que solicitou aos diversos serviços municipais um levantamento exaustivo dos conselhos, comissões e estruturas de acompanhamento existentes no Município, reconhecendo a sua diversidade e complexidade. Referiu que, após concluído esse trabalho, a respetiva informação será disponibilizada aos membros da Assembleia Municipal.

Quanto à isenção de portagens nas autoestradas A6 e A2, reconheceu que a informação disponível nem sempre é de fácil acesso, manifestando concordância com a proposta de divulgação dos procedimentos junto dos munícipes através dos canais de comunicação do Município. Informou ainda que a isenção carece de registo prévio junto da Via Verde e que o benefício tem a duração de um ano, sendo posteriormente renovável.

Aproveitou o tema para informar que tem vindo a defender junto das entidades competentes melhorias nas acessibilidades rodoviárias do concelho, designadamente no que respeita às ligações a Évora, considerando que as vias existentes sofreram degradação significativa na sequência das obras ferroviárias.

Relativamente ao projeto de requalificação da Ribeira do Freixo, no troço de Santa Susana, informou que já foram estabelecidos contactos com os principais proprietários confinantes e que não foram registadas objeções ao projeto. Acrescentou que todos os proprietários serão formalmente notificados e manifestou disponibilidade para promover uma sessão pública de apresentação da intervenção, em data a definir, com o objetivo de divulgar os benefícios e os objetivos do projeto.

Sobre a candidatura apresentada no âmbito da CIMAC para aquisição de equipamentos de Proteção Civil, explicou que o processo continua em desenvolvimento. Referiu que foram



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

celebrados os respetivos acordos-quadro para aquisição das viaturas e equipamentos previstos, encontrando-se em preparação as candidaturas dos vários municípios envolvidos. Informou ainda que alterações recentes na programação dos fundos comunitários poderão implicar uma redução das verbas inicialmente previstas para algumas áreas de investimento, situação que continua a ser acompanhada pelas autarquias da região.

Respondendo às questões relacionadas com a instalação de lombas, informou que os trabalhos necessários já foram adjudicados, prevendo-se a sua execução em breve. Quanto às instalações sanitárias do parque, esclareceu que está prevista a sua recuperação, pintura e colocação em funcionamento.

Relativamente à envolvente da nova Extensão de Saúde, informou que não estão previstas intervenções paisagísticas adicionais para além das já executadas, encontrando-se o espaço preparado para a sua utilização, incluindo estacionamento e infraestrutura de carregamento elétrico. Acrescentou que decorrem os procedimentos necessários para a instalação dos equipamentos e conclusão das ligações técnicas, com vista à futura inauguração do equipamento.

No que respeita à estrada da Vendinha, informou que a intervenção considerada prioritária já foi executada, tendo igualmente sido realizados trabalhos complementares. Referiu ainda ter contactado o Município de Évora no sentido de sensibilizar para a necessidade de reparação dos troços da sua responsabilidade.

Quanto à limpeza das bermas e corte de vegetação nas estradas municipais, informou que será lançado, nos próximos dias, o procedimento habitual para a execução desses trabalhos em toda a rede viária do concelho.

Relativamente à Rua Nossa Senhora da Assunção, em Montoito, explicou que os problemas recorrentes resultam do envelhecimento das infraestruturas existentes e informou que a via se encontra identificada como prioritária para futura intervenção no âmbito dos investimentos previstos para o ciclo urbano da água.



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Aproveitou ainda para solicitar aos eleitos e à população a comunicação de situações relacionadas com roturas, deficiências de abastecimento ou infraestruturas degradadas, de forma a permitir a sua integração nos projetos atualmente em preparação.

Por último, relativamente às obras em curso na zona da Vigia, informou não dispor de uma data concreta para a sua conclusão, embora considere que os trabalhos ainda se encontram numa fase intermédia da execução. Informou igualmente que já tiveram início as obras das ETAR dos Foros da Fonte Seca e das Falcoeiras, representando um avanço significativo na cobertura de saneamento básico em todo o concelho.

Concluiu a sua intervenção agradecendo as questões colocadas e reafirmando o compromisso do Município com a concretização dos projetos em curso.

----- O senhor presidente da Assembleia Municipal João Pedro Mendes passou a palavra ao eleito André Major (CDU).

----- O eleito André Major (CDU) esclareceu que a sugestão anteriormente apresentada relativamente à divulgação dos procedimentos necessários para beneficiar da isenção de portagens através da Via Verde tinha como principal objetivo facilitar o acesso à informação por parte da população mais idosa, considerando tratar-se de uma medida sem custos relevantes para o Município.

Relativamente à intenção manifestada pelo Presidente da Câmara de defender a requalificação da ligação rodoviária entre Redondo e Évora, manifestou satisfação por essa posição e pelo compromisso assumido em relação ao tema. Contudo, assinalou que se trata de uma reivindicação exigente, recordando que uma proposta apresentada pelo PCP no âmbito da discussão do Orçamento do Estado para 2025, visando a requalificação daquela estrada, não obteve aprovação.

Concluiu referindo que, por esse motivo, a defesa desta pretensão exigirá um esforço continuado junto das entidades competentes.



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Ponto 1

Informações

----- O senhor presidente da Assembleia Municipal João Pedro Mendes informou os presentes de que a Assembleia Municipal Jovem está, em princípio, prevista para o dia 28 de maio, durante o período da manhã, acrescentando que os respetivos convites formais serão oportunamente enviados aos membros da Assembleia.

De seguida, deu início ao ponto um da ordem de trabalhos – Informações – questionando os membros da Assembleia sobre a existência de pedidos de esclarecimento ou intervenções relativamente ao mesmo.

----- O senhor presidente da Assembleia Municipal João Pedro Mendes passou a palavra à eleita Ana Carla Carvalho (PPD/PSD-CDS/PP).

----- A eleita Ana Carla Carvalho (PPD/PSD-CDS/PP) começou por se referir à correspondência remetida à Assembleia Municipal, abordando em primeiro lugar o Relatório de Atividades e Contas da Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), apreciado em março. Referiu que a documentação se encontra disponível na plataforma da associação, mas com acesso reservado através de credenciais atribuídas ao Presidente da Assembleia Municipal, questionando a possibilidade de essa informação ser partilhada com os restantes eleitos.

Ainda relativamente à ANAM, destacou uma comunicação recebida em abril referente à constituição de um grupo de trabalho, sublinhando a importância da participação nesta iniciativa para o reforço e valorização do papel das Assembleias Municipais na democracia local. Solicitou, por isso, que futuras informações ou desenvolvimentos relacionados com este processo fossem igualmente partilhados com os membros da Assembleia.

De seguida, abordou a resposta remetida pelo Gabinete da Secretária de Estado da Justiça à moção aprovada pela Assembleia Municipal relativa à situação da Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Cartório Notarial de Redondo. Considerando a relevância do tema e



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

o interesse suscitado junto de outras entidades, nomeadamente através de iniciativas parlamentares na Assembleia da República, entendeu ser importante dar conhecimento público do conteúdo da resposta recebida.

Nesse contexto, apresentou um resumo dos principais aspetos constantes da referida resposta, referindo que o Instituto dos Registos e do Notariado reconhece as limitações existentes ao nível dos recursos humanos da Conservatória de Redondo. Salientou ainda que, segundo a mesma entidade, não existem atrasos processuais significativos, situação que considerou estar relacionada com o encaminhamento de parte dos utentes para outros serviços.

Referiu igualmente que a distribuição de processos provenientes dos serviços online para a Conservatória de Redondo se encontra suspensa, de forma a evitar a sobrecarga dos recursos existentes, e que tem sido assegurada a deslocação temporária de funcionários de outros serviços durante períodos de ausência da trabalhadora afeta ao serviço.

Informou ainda que se encontra aberto um procedimento concursal para recrutamento de um conservador e de dois oficiais de registo, recordando, contudo, que concursos anteriores para os mesmos lugares não obtiveram candidatos.

Acrescentou que o Ministério da Justiça e o Instituto dos Registos e do Notariado reconhecem o esforço desenvolvido pela trabalhadora em funções e admitem a existência de insuficiente investimento em recursos humanos ao longo dos últimos anos. Referiu também que estão em curso processos de recrutamento de maior dimensão e que foi celebrado um acordo sindical destinado à valorização salarial da carreira, com o objetivo de aumentar a sua atratividade.

Concluiu salientando que a situação identificada não constitui um problema exclusivo da Conservatória de Redondo e que as soluções exigem tempo e medidas estruturais, manifestando a expectativa de que as iniciativas anunciadas possam contribuir para melhorar o funcionamento do serviço a curto prazo.

Ponto 2



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Comemorações dos 50 anos do Poder Local Democrático

----- O senhor presidente da Assembleia Municipal João Pedro Mendes apresentou o ponto relativo às comemorações dos 50 anos do Poder Local Democrático, informando que a Mesa fez chegar aos diferentes grupos municipais um documento de trabalho contendo um conjunto de propostas de iniciativas e atividades a desenvolver no âmbito das referidas comemorações.

Esclareceu que o documento apresentado constitui apenas um esboço orientador, não vinculando a realização de todas as atividades nele previstas, uma vez que algumas dependem da colaboração de outras entidades. Referiu ainda que o objetivo da deliberação consistia na aprovação desse documento de base e na autorização para a sua apresentação e discussão junto de potenciais parceiros, designadamente a Câmara Municipal, os estabelecimentos de ensino, as associações culturais e outras entidades locais.

Acrescentou que a representação da Assembleia Municipal neste processo não deverá ficar limitada à Mesa, manifestando a intenção de envolver representantes de todas as forças políticas com assento na Assembleia Municipal.

Não se tendo registado intervenções sobre o assunto, o Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação.

Deliberação:

A Assembleia Municipal deliberou aprovar, por unanimidade, o documento orientador das comemorações dos 50 anos do Poder Local Democrático e a sua apresentação às entidades parceiras potencialmente envolvidas na concretização das iniciativas previstas.

Declarações de Voto

Filipa do Rosário (PPD/PSD-CDS/PP)

“Votamos favoravelmente esta proposta no sentido de recomendação de atividades no âmbito das comemorações do 50º aniversário do poder democrático local.



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Achamos importante sensibilizar a população, em especial os mais jovens, para a importância dos órgãos de democracia local e o nosso papel na vida da nossa comunidade.”

Ponto 3

Intervenções Políticas a propósito dos 52 anos do 25 de Abril de 1974.

Intervenções Políticas

Intervenção do Partido Socialista relativamente ao

52º Aniversário do 25 de Abril de 1974

Ex.mo. Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Ex.mo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Ex.mos. Srs. Vereadores

Ex.mos. Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia de Montoito e de Redondo

Ex.mos. Srs. Eleitos da Assembleia Municipal

Ex.mos. Srs. Funcionários do Município

Ex.mos. Srs. e Sras. aqui presentes ou que nos veem em casa

Boa noite a todos

É com enorme alegria que vemos um ponto da ordem de trabalhos relacionado com as comemorações de uma data tão importante como o 25 de Abril.

Nos tempos que vivemos, com o país e o mundo cada vez mais polarizados, faz mais sentido do que nunca invocar e comemorar Abril. Cabe a nós nunca deixar transparecer que o dia 25 de Abril é um feriado em que não há aulas, que não é dia de trabalho para muitos portugueses ou que este ano tenha calhado mal por ser um sábado. Não, o dia 25 de Abril é sempre dia de festa. É dia de festa, de comemoração nas ruas, nos cafés, nas associações, é dia de brindar pela vida dos que a ofereceram para que nós hoje aqui estejamos, a dizer tudo



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

quanto nos vier à cabeça, a defender as nossas posições, aquilo em que acreditamos, a confrontar o poder político, democraticamente eleito. É dia de comemorar a vida de Dinis Miranda, e de tantos outros como ele, a quem lhes foram roubados anos de vida em família e sociedade só por terem uma opinião diferente, e de a defenderem, pois era nisso que acreditavam.

Felizmente os tempos mudaram, mas nunca se pode baixar a guarda, pois “eles andam aí”, disfarçados de cordeiros, financiados pelos lobos, prontos para atacar o regime a que chamam de corrupto há 50 anos... Como dizia o outro: “vocês sabem do que é que eu estou a falar!”

Quem defende que faziam cá falta 3 salazares, que pergunte aos pais, se antes do 25 de abril podiam dizer em qualquer parte que faziam falta 3 Soares, 3 Cunhais ou 3 Dinis Mirandas. O mais certo era serem presos e torturados.

Mas a liberdade não passa apenas pela livre expressão, passa também, e sobretudo, pela qualidade de vida e pela abolição desta “escravatura moderna”, que mais não é do que a normalização dos baixos salários, que os obriga a população a sobreviver em vez de viver. Obriga a maioria das pessoas a trabalhar mais, a fazer turnos extra ou a ter outras atividades para poderem dar melhores condições aos filhos. Quando o fosso entre ricos e pobres se devia reduzir, cada vez aumenta mais.

Os vencimentos e apoios sociais não chegam para a alimentação, para impostos, para luz, água, transportes, telecomunicações, e sobretudo para a habitação. É urgente que as medidas sobre a habitação social possam sair rapidamente do papel para o terreno. Qualquer casal jovem que queira comprar uma casa, endivida-se para toda a vida, e a probabilidade de a casa nunca ser deles, é altíssima.

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, os recursos são escassos, são limitados, e requerem boa gestão. Não deixem cair o investimento na Educação, da Saúde (física e mental) e na Cultura, são conquistas de Abril que não podem ficar para trás, pois o desinvestimento



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

resultará num retrocesso irreversível ou num processo moroso. É imperioso fixar os jovens e ajudar os idosos.

A expressão: “no tempo do Salazar é que era bom” tem de ser desconstruída até à exaustão. Não é fácil argumentar com caixas de ressonância de discursos populistas e vazios de conteúdo. Num tempo dominado pelas redes sociais, este desígnio ainda é mais difícil, pois por detrás das empresas que as controlam, está gente a quem lhes interessa este status quo. Embora a desinformação seja rápida, a censura ainda está a fazer o seu caminho, pelo que ainda é possível também difundir, até de forma irónica, quem defende os valores de Abril. E foi nas redes sociais que vi este manifesto, que passo a ler, e que em seguida também partilharei, pois mais facilmente chegarei por essa via às pessoas, do que por quem assiste à transmissão no Youtube, ao estimado público que marca aqui presença, e muito menos por quem possa futuramente ler as atas.



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

MANIFESTO ANTI-ABRIL

MANIFESTO ANTI 25 DE ABRIL

Por estar absolutamente contra todos os direitos, liberdades e garantias que me foram proporcionados pela revolução de 25 de Abril e instauração de um regime democrático em Portugal, assumo
um exercício de coerência com esta postura,

EXIJO:

- 1.º. QUE me seja retirado o direito a subsídios de férias e de Natal.
- 2.º. QUE me seja retirado o direito do acesso ao subsídio de desemprego.
- 3.º. QUE me seja retirado o direito da licença de maternidade.
- 4.º. QUE me seja retirado o direito a expressar livremente a minha opinião, de me filiar a qualquer partido político, sindicato ou associação e que toda a imprensa e programas televisivos não sejam transmitidos sem censura prévia.
- 5.º. QUE me seja retirado o direito a ter passaporte e a sair do país sem a permissão do marido.
- 6.º. QUE me seja retirado o direito a me poder divorciar.
- 7.º. QUE me seja retirado o direito ao Serviço Nacional de Saúde e ensino público.

Quem quiser voltar aos tempos do salazarismo, tem aqui uma boa oportunidade de o demonstrar.



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Sr. Presidente, o mundo é gerido por um lunático liberal, a quem mais interessam os negócios do que a paz e segurança mundiais. Afeta-nos a todos, todos os dias, e exemplo disso é o esforço que a autarquia tem de fazer para aumentar os gastos com combustíveis, desviando fundos de outras rubricas. É o que temos pelo menos mais 3 anos, embora este modelo económico comece a ganhar espaço e a tornar a vida e os rendimentos das pessoas como um jogo bolsista especulativo.

A somar a esta situação, vem aí um pacote laboral escondido durante a legislatura anterior e a campanha para a atual legislatura, não tendo sido apresentado e sufragado pelos portugueses em qualquer momento. Vêm aí tempos ainda mais difíceis... mas já dizia o outro: "o povo aguenta, ai aguenta, aguenta!"

Felizmente, a maioria dos que estão nesta sala, sempre viveram em Liberdade, e é essa mesma Liberdade que temos a responsabilidade de defender, preservar e alimentar, não nos fechando em nacionalismos extremados. Não deixemos proliferar a ignorância, o medo, o populismo, a iliteracia, a desinformação, o analfabetismo, o ódio, a repressão, o conformismo. Para terminar, alerta para o facto de comemorarmos um 25 de Abril, mas três: o 25 de Abril de 1974 da Revolução; o 25 de Abril de 1975 que nos ofereceu as primeiras eleições livres; e o 25 de Abril de 1976, momento da entrada em vigor da 1ª Constituição da República Portuguesa em liberdade!

Viva a Liberdade, Viva o 25 de Abril.

Intervenção Política Grupo Parlamentar (CDU – PCP-PEV)

A Revolução de Abril foi o resultado de um longo caminho de luta e resistência no qual o Partido Comunista Português esteve sempre na linha de combate ao regime fascista que sustentava a burguesia que mandava no País. Durante décadas, mulheres e homens, jovens, estudantes e trabalhadores enfrentaram o regime fascista. Muitos ofereceram à luta a sua própria vida. Dezenas de milhares sofreram às mãos da PIDE e DGS, com prisão, tortura e morte.



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Este mês celebramos os 52 anos da Revolução de Abril, este acontecimento de maior importância da história contemporânea do nosso país e um dos momentos mais importantes e bonitos da nossa vida coletiva.

A Revolução de Abril instaurou a liberdade e a democracia. Pôs fim à guerra colonial; promoveu a melhoria de condições de vida dos trabalhadores e do povo; pôs fim ao domínio dos monopólios, com a nacionalização dos setores-chave da economia; avançou com a democratização do uso da terra através da Reforma Agrária; redistribuiu a riqueza de forma mais justa; impôs a justiça social e a igualdade entre mulheres e homens; construiu o poder local e a autonomia regional.

Foi também da Revolução que nasceu a Constituição da República Portuguesa, aprovada a 2 de abril de 1976 pela Assembleia Constituinte. Uma das constituições mais progressistas do mundo, que ao longo destes 50 anos se afirmou como um suporte essencial da nossa vida democrática e um instrumento de defesa dos direitos dos trabalhadores e do povo.

Ao longo das décadas seguintes, a contrarrevolução e a conseqüente aplicação de sucessivas políticas de direita atacam direitos, desmantelam serviços públicos, submetem a soberania nacional a interesses estrangeiros.

A Revolução de Abril tem no seu património um vasto conjunto de medidas a favor dos trabalhadores que hoje o governo da AD, o Chega e a IL tencionam pôr em causa com o seu Pacote Laboral, em conjunto com o patronato.

Abril é o Serviço Nacional de Saúde, a Escola Pública, o direito à habitação, os direitos das crianças, dos jovens, das mulheres, das pessoas com deficiência e dos idosos à dignidade. É justiça, liberdade, democracia, paz, salários, respeito por quem trabalha e produz a riqueza.

É necessário derrotar o Pacote Laboral, travando a injusta distribuição da riqueza e enfrentando o aumento do custo de vida.

Comemorar a Revolução e respeitar a Constituição é o caminho necessário para a construção de um Portugal mais fraterno e solidário, mais livre, democrático e desenvolvido.

Viva o 25 de Abril.



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Intervenção Política Grupo Parlamentar (PPD/PSD-CDS/PP)

Comemorámos no passado sábado, o 52º aniversário do 25 de abril. Este aniversário torna-se ainda mais relevante dado o seu contexto histórico, este ano marca o 50º aniversário da estabilização da democracia em Portugal, 50 anos de marcos importantes como:

- aprovação da Constituição de 76 que entre muitas e importantes conquistas institui o poder local democrático
- 50 anos das eleições legislativas para a I legislatura
- 50 anos das primeiras eleições autárquicas que representaram um passo decisivo para o estabelecimento da democracia local.

Enquanto eleitos locais herdamos todas estas conquistas e devemos honrá-las, e continuar a lutar para uma maior descentralização, para o aumento de competências do poder local e sobretudo os meios necessários para fazer valer essas competências e servir as populações locais.

A grande maioria de nós aqui presente não conheceu em primeira mão o país antes do 25 de abril, aprendeu o significado do 25 de Abril em família, na escola, na comunidade. Cada um de nós provavelmente sente Abril de formas distintas, e é esta a beleza que Abril nos proporcionou. A liberdade de sermos nós próprios, defender aquilo em que acreditamos, a liberdade de idealizar e concretizar um país melhor.

É este sentimento que temos de continuar a transmitir às gerações mais novas. E cabe-nos a nós enquanto eleitos locais de dar o exemplo, continuar a lutar por um concelho e um país



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

mais próspero, guiados sempre pelos princípios democráticos, e combatendo ativamente a demagogia e o populismo.

Viva o 25 de abril, viva Portugal.

Intervenção Política do Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Intervenção Política – 25 Abril 1974 – Sessão AM Redondo 28/04/2026

Em 1975, o Festival da Canção foi vencido por Duarte Mendes, capitão de Abril, com a canção “Madrugada” que inicia com os seguintes versos: “Dos que morreram sem saber porquê / Dos que teimaram em silêncio e frio”. Hoje, é sobre um desses que vos falo. Dinis Miranda, 1º Presidente da AM de Redondo, não morreu sem saber porquê, pois viria a morrer já em Democracia. Mas foi, sem dúvida, um dos que teimaram em silêncio e frio. Um dos que resistiram. Um dos que nunca cederam. No Alentejo, onde o sol não perdoa, queimava-se a terra... e queimava-se também a pele e as vidas de quem a trabalhava. De sol a sol. Por quase nada. Por uma miséria que era aceite como destino. Mas houve quem dissesse: basta. Dinis Miranda sentiu essa injustiça na pele e na alma. E escolheu não se calar. Aos 17 anos, junta-se ao Partido Comunista Português. E, a partir daí, a sua vida torna-se um caminho de luta. 12 anos de Prisões. 12 anos de Tortura. 12 anos de Violência. Três dias e três noites de espancamentos pela PIDE. Trinta horas na tortura da estátua. Quinze dias e quinze noites sem dormir. E mesmo assim... Não quebrou. Não falou. Resistiu. O crime? Dizer não. Não à opressão. Não à injustiça. Não à cobardia de fingir que nada era consigo. Hoje vir aqui falar enquanto batemos com a mão no peito é muito fácil. Mas fazê-lo arriscando a vida, tal como o Dinis (e tantos outros) o fez?... Quantos de nós teriam tido essa coragem? Quantos de nós teriam resistido ao medo, à dor, ao isolamento? Dinis Miranda teve. Foi preso pela última vez em 1970. Condenado a 9 meses de prisão. Mas a justiça no fascismo não servia para julgar, servia para obedecer. Por isso, 4 anos depois, na madrugada de 25 de Abril de 1974, quando na Rádio Renascença ecoava Grândola, Vila Morena, ele continuava preso em Peniche. Mas o



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

povo levantou-se. A revolução fez-se. As espingardas encheram-se de cravos. O medo deu lugar à esperança. As caras encheram-se de sorrisos e a atmosfera encheu-se de canções. A 27 de Abril, as portas da prisão abriram-se. Na capa do Jornal República lê-se: “Peniche diz adeus aos presos políticos”. E por baixo há uma imagem que fica para sempre: Dinis Miranda, braços erguidos, a sair em liberdade. Não era apenas um homem que saía. Era um país inteiro que respirava. Respirava, finalmente, liberdade. Devemos-lhe isso. Devemos-lhe (a ele e a tantos outros) a liberdade e a democracia que hoje temos. Mas a liberdade... A liberdade não é um presente. É um legado. E os legados não se recebem apenas. Cuidam-se. Defendem-se. Honram-se. É verdade: o 25 de Abril não tem donos. Mas tem cuidadores. E ser cuidador da liberdade é não esquecer. Não esquecer o preço que foi pago. Não esquecer todos os que abdicaram de um futuro para que nós o pudessemos ter. Não esquecer aqueles que sofreram em silêncio para que hoje possamos estar aqui a falar em voz alta. Não esquecer! Porque as sombras... As sombras crescem quando a memória desaparece. Por isso, façamos da memória a nossa forma de resistência. E num tempo em que se ouvem, aqui e ali, ecos perigosos do passado, respondamos com um só grito firme, coletivo, inabalável: 25 de Abril, sempre. Fascismo, nunca mais.

Ponto 4

Apreciação da Informação sobre a Atividade Municipal

----- O senhor presidente da Assembleia Municipal João Pedro Mendes passou a palavra ao eleito Manuel Valverde (CDU). -----

----- O eleito Manuel Valverde (CDU) abordou a questão da divulgação das iniciativas



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

promovidas no concelho, centrando a sua intervenção na agenda cultural e no boletim municipal.

Referiu que, por vezes, existe a perceção de que determinados eventos não alcançam a participação desejada, situação que poderá estar relacionada com a sua divulgação junto da população. Salientou que esta realidade pode afetar iniciativas promovidas por diversas entidades, incluindo associações, clubes e o próprio Município.

Considerou que, embora a divulgação através das redes sociais seja relevante, poderão existir situações em que pequenos atrasos ou limitações na distribuição do boletim municipal condicionem o alcance da informação, defendendo que devem ser procuradas formas de minimizar essas situações.

Nesse sentido, sugeriu o reforço da divulgação através de meios físicos, designadamente pela afixação ou disponibilização de informação em locais de grande afluência, como cafés, centros sociais e outros espaços frequentados pela população. Destacou que esta solução poderá ser particularmente útil para chegar a pessoas que não utilizam redes sociais ou outros meios digitais.

Propôs ainda que a informação relativa aos eventos pudesse ser apresentada de forma mais direta e organizada por áreas temáticas, como cultura, desporto ou outras atividades, facilitando a consulta e o conhecimento das iniciativas promovidas no concelho.

Concluiu referindo que estas medidas poderão contribuir para aumentar a participação da população e melhorar a divulgação dos eventos realizados no Município.

----- O senhor presidente da Assembleia Municipal João Pedro Mendes passou a palavra ao eleito Daniel Cachopas (PS). -----

----- O eleito Daniel Cachopas (PS) solicitou esclarecimentos relativamente ao Programa Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar (PIPS), mencionado na documentação disponibilizada à Assembleia Municipal.



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Referiu que, após a leitura da informação constante do documento, não lhe foi possível obter uma perceção clara sobre o âmbito e funcionamento da iniciativa, pelo que solicitou esclarecimentos adicionais.

Em concreto, questionou quais os municípios que integram o programa e pediu que fossem prestadas informações sobre os seus objetivos, funcionamento e principais ações desenvolvidas no âmbito do mesmo.

----- O senhor presidente da Assembleia Municipal João Pedro Mendes passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Redondo e em relação à questão da divulgação das atividades municipais através do boletim municipal, o Presidente da Câmara reconheceu que a sua publicação tem registado alguns atrasos, considerando importante melhorar a rapidez da sua disponibilização.

Esclareceu que o boletim é organizado de forma cronológica, reunindo as diversas iniciativas previstas, modelo que considera adequado para consulta pela população. Acrescentou que a divulgação através das redes sociais tem produzido resultados positivos e que o boletim é igualmente distribuído em diversos locais de atendimento e convívio, nomeadamente cafés e cabeleireiros.

Ainda assim, admitiu a possibilidade de reforçar a divulgação física dos eventos, através da colocação de um maior número de cartazes informativos em diferentes pontos do concelho, considerando que essa poderá ser uma forma complementar de aumentar o alcance da informação junto da população.

Relativamente ao Programa Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar (PIPS), esclareceu que o denominado “Acelerador de Competências” corresponde a uma iniciativa cofinanciada por fundos europeus no âmbito do Portugal 2030, destinada ao reforço das medidas de promoção do sucesso educativo.

Informou que, no caso do concelho de Redondo, o programa beneficia de financiamento destinado ao desenvolvimento de ações de apoio educativo e acompanhamento



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

especializado, incidindo particularmente em situações que exigem respostas complementares ao nível das aprendizagens e do desenvolvimento das crianças.

Explicou que o programa assenta na identificação das necessidades dos alunos, envolvendo o trabalho das equipas técnicas e de apoio educativo, designadamente nas áreas da psicologia e de outras especialidades. Referiu ainda que contempla medidas de apoio específicas, como a terapia da fala e outras intervenções dirigidas a dificuldades de aprendizagem.

Acrescentou que o projeto inclui igualmente uma componente de investimento destinada à adaptação de um espaço localizado no polidesportivo de Redondo, que será transformado numa sala de apoio às atividades de desenvolvimento de competências e acompanhamento educativo.

Concluiu referindo que o objetivo principal do programa consiste em proporcionar um acompanhamento mais próximo e especializado às crianças que necessitem de apoio adicional, contribuindo para a melhoria do sucesso escolar e do seu percurso educativo.

Ponto 5

Informação sobre a Situação Financeira do Município

---- A Assembleia Municipal de Redondo apreciou a informação financeira do Município. –

Ponto 6

Assembleia Municipal Descentralizada

---- Presente e explicado o referido ponto, foi proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Redondo, João Pedro Velhinho Mendes realizar-se a próxima sessão na localidade de Montoito, Freguesia de Montoito. -----

---- A Assembleia Municipal de Redondo deliberou por unanimidade e em minuta, aprovar a



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

próxima sessão de Assembleia Municipal a realizar-se em data a definir na localidade de Montoito, Freguesia de Montoito. -----

Ponto 7

Orçamento Participativo do Município de Redondo 2027 – Designação do representante de cada força política para integrar a Comissão de Análise

---- Presente e explicado o referido ponto, foram designados os seguintes representantes de cada força política para integrarem a comissão de análise técnica do Orçamento Participativo do Município de Redondo 2027. -----

---- Da força política PPS/PSD – CDS-PP foram designados como membro efetivo João Pedro Dias Valente Pereira suplente Filipa Alexandra Rato Rosário. -----

----Da força política CDU foram designados como membro efetivo João Pedro Velhinho Mendes e membro suplente André Filipe Canário Major. -----

---- Da força política PS foram designados como membro efetivo Nuno Miguel Cochicho Rosa Grilo Festas e membro suplente Daniel José Chambel Cachopas. -----

Ponto 8

Apreciação do Inventário de todos os Bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação

---- O senhor presidente da Assembleia Municipal João Pedro Mendes passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Redondo tomou a palavra para prestar um breve enquadramento sobre o documento em apreciação.



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Referiu tratar-se de um documento de natureza técnica e extensiva, que reúne a informação relativa ao património municipal, incluindo os bens pertencentes ao Município, os respetivos valores de aquisição, as depreciações e amortizações registadas ao longo do tempo, bem como o correspondente valor patrimonial atualizado.

Esclareceu ainda que a informação constante do relatório reflete a valorização contabilística do património municipal à data da sua elaboração, tendo em consideração a vida útil atribuída a cada bem e os critérios legalmente aplicáveis em matéria de registo patrimonial e contabilístico.

---- Presente e explicado o referido ponto, a Assembleia Municipal de Redondo apreciou o Inventário de todos os Bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação. -----

Ponto 9

Apreciação, Discussão e Aprovação do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do Exercício de 2025

----- O senhor presidente da Assembleia Municipal João Pedro Mendes passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Redondo apresentou uma apreciação global ao Relatório de Gestão e Prestação de Contas referente ao exercício de 2024, considerando tratar-se de um ano particularmente exigente do ponto de vista financeiro e orçamental.

Destacou a redução dos pagamentos em atraso a fornecedores, referindo que o montante em dívida diminuiu significativamente face ao ano anterior, aproximando-se dos níveis considerados adequados para a gestão corrente do Município. Salientou igualmente a redução do passivo municipal e a existência de um saldo de gerência positivo no final do exercício.

Referiu que os resultados alcançados foram obtidos num contexto marcado pelo aumento dos encargos municipais, designadamente ao nível dos custos com pessoal, decorrentes da valorização remuneratória dos trabalhadores e da assunção de responsabilidades associadas



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

à transferência de competências. Considerou que este esforço representou um investimento importante nas pessoas e nas famílias do concelho.

Assinalou também o aumento dos custos de funcionamento, nomeadamente nas despesas com energia elétrica dos edifícios municipais e da iluminação pública, sublinhando que tais encargos resultaram de fatores externos que afetaram de forma generalizada as autarquias.

Destacou ainda o investimento realizado em áreas consideradas prioritárias, como a educação, a ação social, o apoio às crianças com necessidades educativas especiais, as atividades de enriquecimento educativo e o movimento associativo local, referindo que o Município manteve o compromisso de assegurar estes apoios sem recorrer ao aumento de impostos, taxas ou tarifas municipais.

No plano financeiro, salientou o crescimento da receita municipal e a manutenção de indicadores de gestão que considerou positivos, designadamente ao nível da autonomia financeira e da liquidez, defendendo que o Município dispõe de capacidade para cumprir os seus compromissos financeiros e manter uma situação económica equilibrada.

Reconheceu, contudo, a existência de um défice orçamental no exercício em análise, explicando que o mesmo resultou das opções assumidas pelo Executivo em matéria de apoio às pessoas, às instituições e aos serviços públicos locais. Manifestou a convicção de que essa situação será corrigida progressivamente, tendo referido indicadores financeiros já observados no início do exercício seguinte.

Por último, destacou o conteúdo da Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas, salientando que o documento não apresenta reservas nem ênfases relevantes e conclui que as demonstrações financeiras representam de forma verdadeira e apropriada a situação financeira do Município, encontrando-se em conformidade com as normas contabilísticas e legais aplicáveis.

Concluiu afirmando que os resultados apresentados refletem uma gestão rigorosa e responsável dos recursos municipais, reiterando o compromisso do Executivo com a



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

sustentabilidade financeira do Município e com a manutenção das políticas de apoio à população.

---- O senhor presidente da Assembleia Municipal João Pedro Mendes passou a palavra ao eleito Manuel Valverde (CDU).

---- O eleito Manuel Valverde (CDU) esclareceu que os eleitos da CDU nunca colocaram em causa o trabalho desenvolvido pelos técnicos municipais da área financeira, pelo Presidente da Câmara Municipal ou pelo Revisor Oficial de Contas.

Referiu que a proposta anteriormente apresentada no sentido da realização de uma auditoria resultava precisamente da confiança depositada na informação disponibilizada, subsistindo apenas algumas dúvidas sobre determinados aspetos que, no entendimento da sua força política, poderiam ser definitivamente esclarecidas através de uma análise complementar e independente.

Acrescentou que, caso não existisse qualquer irregularidade ou situação preocupante, uma auditoria poderia inclusivamente constituir um benefício para o próprio Executivo Municipal, contribuindo para dissipar quaisquer dúvidas existentes e reforçar a confiança pública na gestão financeira do Município.

Concluiu afirmando que a posição assumida pela CDU teve sempre como objetivo o esclarecimento das questões suscitadas, não representando qualquer desconfiança relativamente aos responsáveis técnicos ou às entidades fiscalizadoras envolvidas.

---- O senhor presidente da Assembleia Municipal João Pedro Mendes passou a palavra ao eleito João Pedro Pereira (PPD/PSD-CDS/PP).

---- O eleito João Pedro Pereira (PPD/PSD-CDS/PP) referiu que não pretendia alongar-se na análise do Relatório de Gestão e Prestação de Contas, centrando a sua intervenção na questão da auditoria anteriormente debatida na Assembleia Municipal.

Recordou que, aquando da apreciação da proposta de realização de uma auditoria externa, o seu grupo municipal votou contra, por considerar a iniciativa desnecessária. Explicou que essa



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

posição assentava, entre outros aspetos, na insuficiente definição do âmbito da auditoria proposta, entendendo que uma parte significativa dos objetivos pretendidos já se encontrava abrangida pelas funções legalmente atribuídas ao Revisor Oficial de Contas e pela Certificação Legal das Contas.

Referiu ainda que uma auditoria adicional constituiria um processo moroso, dificilmente concluído em tempo útil para a apreciação dos documentos em análise, e que subsistiam dúvidas quanto à eventual sobreposição de competências entre os trabalhos de auditoria e as funções de revisão oficial de contas.

Nesse contexto, questionou se os membros da Assembleia Municipal consideravam satisfatórios os trabalhos realizados pelo Revisor Oficial de Contas, designadamente no que respeita às tarefas e procedimentos descritos no respetivo relatório, ou se persistiam dúvidas relativamente ao âmbito e aos mecanismos de controlo aplicados.

Relativamente às demonstrações orçamentais, reconheceu a existência de um desequilíbrio orçamental que carece de correção, assinalando, contudo, que os esclarecimentos prestados pelo Presidente da Câmara Municipal e a evolução dos indicadores financeiros observados no início do exercício em curso apontam para uma possível regularização dessa situação.

Por último, salientou que a situação financeira do Município se apresenta estável, destacando a inexistência de pagamentos em atraso, a normalização da dívida a fornecedores e a existência de indicadores de liquidez e solvabilidade que considerou positivos. Acrescentou que estes elementos demonstram uma realidade financeira distinta daquela que, em alguns momentos do debate político, foi sugerida relativamente às contas municipais.

----- O senhor presidente da Assembleia Municipal João Pedro Mendes passou a palavra ao eleito André Major (CDU).

----- O eleito André Major (CDU) referiu não pretender prolongar o debate nem entrar em novas trocas de argumentos de natureza política sobre o assunto em discussão.



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Recordou que já teve oportunidade de esclarecer, em sessão anterior da Assembleia Municipal, as questões que havia colocado ao Presidente da Câmara Municipal, acrescentando que os vereadores da CDU apresentaram igualmente um conjunto de perguntas que, segundo afirmou, ainda não obtiveram resposta. Nesse contexto, indicou não pretender aprofundar essa matéria durante a presente sessão.

Relativamente à questão da auditoria externa, esclareceu que a proposta apresentada pela CDU nunca teve por objetivo colocar em causa a competência ou a idoneidade do Revisor Oficial de Contas nem dos trabalhadores do Município.

Sublinhou que as dúvidas manifestadas pelo seu grupo político incidiam sobre aspetos relacionados com a gestão municipal e não sobre o trabalho técnico desenvolvido pelos serviços ou pelas entidades responsáveis pela fiscalização e certificação das contas.

Concluiu reiterando que o propósito da proposta de auditoria consistia apenas no esclarecimento de questões que entendiam merecer uma análise complementar.

----- O senhor presidente da Assembleia Municipal João Pedro Mendes passou a palavra ao eleito João Pedro Pereira (PPD/PSD-CDS/PP).

----- O eleito João Pedro Pereira (PPD/PSD-CDS/PP) esclareceu o sentido da sua intervenção anterior relativamente à proposta de realização de uma auditoria externa.

Referiu que nunca pretendeu afirmar que a CDU tivesse colocado em causa o trabalho desenvolvido pelo Revisor Oficial de Contas, mas sim que, no momento em que a proposta foi apresentada, considerava a sua realização desnecessária, uma vez que se encontrava em curso um processo de revisão e certificação das contas com objetivos semelhantes.

Acrescentou que, caso viessem a ser identificadas áreas específicas que justificassem uma análise mais aprofundada, poderia fazer sentido ponderar a realização de uma auditoria direcionada a matérias concretas. Recordou ainda que o trabalho desenvolvido pelo Revisor Oficial de Contas assenta numa metodologia de amostragem, pelo que uma eventual



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

auditoria externa poderia, em determinadas circunstâncias, incidir sobre áreas ou rubricas específicas.

Concluiu reiterando que a sua posição se baseava essencialmente na convicção de que a auditoria proposta, naquele contexto, representaria uma duplicação de procedimentos já previstos, razão pela qual a considerou desnecessária.

----- O senhor presidente da Assembleia Municipal João Pedro Mendes esclareceu que o entendimento do seu grupo relativamente à proposta de auditoria externa passava pela realização de uma análise mais aprofundada a determinados aspetos da gestão financeira municipal.

Referiu que os objetivos da auditoria se encontravam descritos na moção apresentada oportunamente, salientando que a intenção era verificar matérias específicas que, no entendimento do seu grupo, justificavam uma análise complementar, nomeadamente a confirmação da existência ou inexistência de eventuais responsabilidades ou obrigações não registadas, entre outros aspetos de natureza financeira e patrimonial.

Concluiu afirmando que, pelos motivos anteriormente expostos, mantém a convicção de que a realização da auditoria proposta seria pertinente e justificável.

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente colocou a proposta à votação.

----- A Assembleia Municipal deliberou por maioria e em minuta aprovar o Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do Exercício de 2025, com oito votos a favor dos membros do PPD/PSD – CDS-PP João Pedro Dias Valente Pereira, Ana Carla Galito Vieira de Carvalho, Filipa Alexandra Rato do Rosário, Tiago Miguel Carola Paulos, Maria Eduarda Trindade Falé, Ana Marisa Palmeiro Gonçalves, João Manuel Quaresma Sousa e José Carlos Ramalinho Cidade, com dois votos de abstenção dos membros do PS Nuno Miguel Cochicho Rosa Grilo Festas e Daniel José Chambel Cachopas e com sete votos contra dos membros da CDU, João Pedro Velhinho Mendes, Vânia Sofia Calado Valverde Siquenique, André Filipe



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Canário Major, Manuel Francisco Pinheiro Valverde, Rita Maria Basílio Anão Madureira, Luís Carlos Carriço Rebola e Henrique Duarte Caeiro Pereira. -----

Declarações de Voto

Tiago Paulos (PPD/PSD – CDS-PP)

“Os eleitos de “Uma Nova Atitude” votam favoravelmente o Relatório de Gestão, por considerarem que este reflete, de forma rigorosa e transparente, a situação financeira do Município, conforme validado pela Certificação Legal de Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas.

Reconhecemos que, apesar dos desafios enfrentados, o Município mantém uma situação financeira globalmente controlada, evidenciada pelos indicadores de liquidez e solvabilidade, pela inexistência de pagamentos em atraso, e pela redução da dívida a fornecedores, fatores que demonstram responsabilidade na gestão corrente.

Relativamente ao incumprimento da Lei do Equilíbrio Orçamental, importa esclarecer que o mesmo resulta, em grande medida, de fatores externos e estruturais. Destaca-se, em particular, o elevado peso das despesas com pessoal no orçamento municipal, o mais elevado a nível nacional, o que fez com que o aumento salarial tivesse um impacto ainda mais significativo no Município, a par da inflação generalizada, sem que tenha havido um reforço proporcional das transferências do Orçamento do Estado.

Neste contexto exigente, o executivo municipal optou, de forma responsável, por assegurar a continuidade das funções sociais essenciais, mantendo o apoio às populações e garantindo a prestação de serviços públicos fundamentais.

Valorizamos ainda o esforço já iniciado pelo executivo para corrigir estes desequilíbrios, já visível nas demonstrações orçamentais de Março.

Por estas razões, entendemos que o Relatório de Gestão merece o nosso voto favorável.”



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Daniel Cachopas (PS)

“Era só para informar que o PS optou pela abstenção, uma vez que, em 2024 — ano comparativo com 2025 — e durante grande parte de 2025, não esteve representado nesta Assembleia. Pelo exposto, optámos pela abstenção.”

Manuel Valverde (CDU)

“Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Redondo votam CONTRA os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2025. Esta decisão fundamenta-se na evidência dos números que, para lá da propaganda, confirmam o que a CDU tem vindo a alertar sistematicamente: a gestão da maioria PSD conduz o município a um preocupante défice estrutural e a um desinvestimento gritante.

1. A Confirmação do Alerta da CDU

O relatório agora apresentado, corroborado pela análise do Revisor Oficial de Contas (ROC), é o "atestado" de uma gestão ineficiente. Não se trata de uma opinião política, mas de factos:

- *Incumprimento da Regra do Equilíbrio Orçamental: O Município registou um défice de 513 mil euros, revelando que a receita corrente é insuficiente para cobrir a despesa corrente.*
- *Saldo Corrente Negativo: O valor de -1,27 milhões de euros prova que a Câmara sobrevive graças a saldos de gerência anteriores, o que é um sinal de insustentabilidade a médio prazo.*
- *Um dos dados mais reveladores deste exercício é a **baixa execução da receita**, que se fixou nos **84,6%**, ficando abaixo do limite legal de 85%. Importa sublinhar que este indicador só não é mais catastrófico porque a CDU e a oposição travaram a primeira versão do orçamento, obrigando a maioria PSD a **reduzir a sua previsão em 1,4 milhões de euros**. Se tivesse passado a proposta inicial e irrealista da maioria, estaríamos hoje perante uma taxa de execução da receita vergonhosa. Isto prova que o PSD apresenta orçamentos "empolados" para criar uma ilusão de investimento sem*



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

suporte financeiro real, revelando uma incapacidade crónica de cobrança que hipoteca a autonomia financeira do nosso concelho.

2. Sobre as Despesas com Pessoal e a Valorização dos Trabalhadores

O relatório aponta um crescimento de 17,1% nas despesas com pessoal. É fundamental que se diga a verdade aos munícipes e aos trabalhadores:

- 1. Não houve uma opção política de valorização: Este aumento não resulta de uma estratégia do executivo do PSD para premiar quem trabalha. Resulta, sim, do cumprimento estrito de decretos do Governo relativos ao aumento do Salário Mínimo Nacional e atualizações salariais obrigatórias.*
- 2. O problema não é o salário: Para a CDU, o aumento da massa salarial nunca será visto como algo negativo. O que é profundamente negativo, e que este relatório não consegue esconder, é a falta de motivação e a ausência de liderança a que os trabalhadores municipais estão sujeitos sob esta maioria. Uma gestão que não motiva os seus recursos humanos é uma gestão condenada à ineficiência.*

3. Prioridades Invertidas e Investimento Falhado

Enquanto a despesa corrente sobe por obrigação, no caso dos salários, e por opção em muitos outros casos, o investimento real desce por incapacidade. A execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) de apenas 22,1% é um verdadeiro sinal de prioridades invertidas.

É inaceitável que áreas fundamentais como a Habitação e a Ação Social registem níveis tão baixos de execução. O PSD promete no papel, mas falha na entrega às populações.

4. Responsabilidade Política

A CDU não pode ser responsabilizada por uma gestão que é da única e exclusiva responsabilidade da maioria PSD. Este relatório demonstra uma elevada dependência de transferências externas e uma incapacidade crónica de gerar autonomia financeira.

Votámos contra porque os eleitos da CDU não pactuam com este caminho de empobrecimento do concelho. Estes resultados confirmam que tínhamos razão: a maioria PSD



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

gere para a fotografia, mas falha no rigor, falha na liderança dos seus trabalhadores e falha nas prioridades de investimento para o Concelho de Redondo.”

Ponto 10

Alteração Modificativa ao Orçamento 2026

----- O senhor presidente da Assembleia Municipal João Pedro Mendes passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Redondo informou que, nesta fase do ano, se procede à redistribuição do saldo de gerência pelas várias rubricas orçamentais.

Esclareceu que foi apresentada às forças políticas com representação na Assembleia Municipal uma proposta de afetação desse saldo, tendo a mesma sido disponibilizada para análise.

Referiu que a proposta em causa se centra essencialmente no reforço da despesa corrente, por se tratar da área onde se verifica uma maior execução orçamental, designadamente em consequência do aumento dos custos dos bens e serviços e da atualização dos encargos com pessoal, decorrentes da valorização das remunerações dos trabalhadores.

Acrescentou que a proposta foi objeto de apreciação pelas forças políticas representadas, não tendo resultado da mesma um trabalho adicional de concertação, tendo-se registado um entendimento geral de aceitação da proposta apresentada, por se considerar que a mesma responde às necessidades atuais do orçamento municipal.

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente colocou a proposta à votação.

----- A Assembleia Municipal deliberou por maioria e em minuta aprovar a Alteração Modificativa ao Orçamento 2026, com oito votos a favor dos membros do PPD/PSD – CDS-PP João Pedro Dias Valente Pereira, Ana Carla Galito Vieira de Carvalho, Filipa Alexandra Rato do Rosário, Tiago Miguel Carola Paulos, Maria Eduarda Trindade Falé, Ana Marisa Palmeiro Gonçalves, João Manuel Quaresma Sousa e José Carlos Ramalhinho Cidade e com dois votos de abstenção dos membros do PS Nuno Miguel Cochicho Rosa Grilo Festas e Daniel José



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Chambel Cachopas e com sete votos de abstenção da CDU, João Pedro Velhinho Mendes, Vânia Sofia Calado Valverde Siquenique, André Filipe Canário Major, Manuel Francisco Pinheiro Valverde, Rita Maria Basílio Anão Madureira, Luís Carlos Carriço Rebola e Henrique Duarte Caeiro Pereira. -----

Declarações de Voto

Daniel Cachopas (PS)

“Ora, no nosso entendimento, e dados os resultados eleitorais, o executivo tem toda a disponibilidade para fazer a governação que achar que melhor se adapta aos munícipes. Tivemos essa posição aquando do orçamento, ao deixar viabilizar e governar o executivo. Agora, mantemos a mesma posição para as alterações necessárias, para depois, no fim, fazermos o escrutínio necessário.”

André Major (CDU)

“Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Redondo apresentam a presente declaração para fundamentar a sua ABSTENÇÃO perante a alteração modificativa ao orçamento de 2026, com base nos seguintes pressupostos:

- A CDU votou contra o Orçamento de 2026 por considerá-lo desajustado da realidade do concelho. Sendo esta alteração uma derivação direta desse documento, não poderíamos agora validar 'remendos' a uma estratégia política com a qual discordamos profundamente.*
- É fundamental denunciar nesta Assembleia que, por decisão unilateral da maioria PSD, o Senhor Presidente da Câmara chamou a si — delegando em si próprio — a competência exclusiva de efetuar alterações orçamentais. Esta decisão esvazia de conteúdo as reuniões de Câmara e retira aos eleitos da oposição o poder de fiscalizar, em tempo útil, o destino dos dinheiros públicos.*



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

- *Embora tenha sido enviado um esboço desta alteração para eventual contributo da CDU, a verdade é que tal gesto é meramente formal e desprovido de eficácia democrática. Com o atual modelo de gestão, mesmo que a CDU propusesse hoje o reforço de verbas, por exemplo, para a ação social ou para o apoio às freguesias, o Senhor Presidente tem o poder discricionário de, no dia seguinte e sem prestar contas a ninguém, voltar a alterar o orçamento e anular essa decisão.*
- *Não podemos aceitar um modelo de governação onde a maioria PSD decide que a Câmara Municipal já não precisa de discutir ou deliberar sobre as sucessivas modificações ao orçamento. Esta 'gestão de mão única' impede o escrutínio democrático e transforma o orçamento num documento volátil que o Presidente molda à sua vontade, sem passar pelo crivo da discussão coletiva no órgão executivo.*

Pela falta de transparência neste processo, pela concentração excessiva de poderes na figura do Presidente e por respeito à nossa postura de oposição construtiva, mas firme, os eleitos da CDU abstêm-se, recusando ser cúmplices de um modelo de gestão que foge ao debate e ao controlo democrático.”

Período de intervenção do Público

----- O senhor presidente da Assembleia Municipal João Pedro Mendes passou a palavra à senhora Maria Amaro para intervir. -----

----- A senhora Maria Amaro fez uma intervenção que ora se transcreve.

“Muito boa noite a todos. Obrigado pela vossa atenção.

Quero desejar, desde já, a todos que tudo o que for aqui relatado esta noite se concretize no nosso concelho.



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Venho hoje falar sobre a deficiência no nosso concelho. Ouvi aqui palavras muito bonitas e reconheço que, em relação às necessidades especiais no nosso concelho, existe um compromisso. Mas também é um dever de todos nós e uma questão de humildade.

No nosso concelho existem muitas pessoas com incapacidade, mas, na minha opinião, nem sempre são devidamente respeitadas. E digo isto porque sou uma dessas pessoas. Sou uma pessoa com incapacidade e tenho uma história de vida muito difícil, mas digo-o com honra e humildade: sou uma lutadora e sou uma pessoa com muitas capacidades que fui adquirindo ao longo do meu percurso de vida e das minhas dificuldades.

Sou cuidadora há vários anos de uma jovem com deficiência, que nasceu prematura. Ao longo do tempo adquiri capacidades para lidar com o dia a dia desta realidade.

No entanto, lamento que no nosso concelho nem sempre exista essa sensibilidade e capacidade de resposta, porque quando o senhor Presidente afirma que existe um compromisso com estas pessoas, eu tenho de dizer que há cerca de anos que procuro apoio e não o encontro.

Foi por isso que hoje decidi vir a esta Assembleia dar a cara pelas pessoas com deficiência deste concelho. Defendo os direitos das pessoas com deficiência e vou lutar por eles, onde quer que seja.

Tenho formação em geriatria, técnica de fisioterapia e cuidados paliativos. Sei o que é o sofrimento e sei o que é viver com limitações que ninguém escolheu.

Lamento não sentir apoio por parte do meu concelho. Lamento não sentir resposta por parte das entidades responsáveis. Tenho feito este percurso há anos e muitas vezes sinto portas fechadas.

Peço desculpa pela emoção, mas este é um tema que me toca profundamente. Tenho uma filha com várias patologias e um diagnóstico muito grave, e vivo diariamente com uma incapacidade elevada.

O senhor sabe o que é viver com isto? Talvez não saiba. E lamento ter de dizer isto, mas preciso de respostas. Não quero promessas, quero apenas respostas claras.



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Muito obrigada.”

----- O senhor presidente da Assembleia Municipal João Pedro Mendes passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Redondo para responder à questão apresentada pela senhora Maria Amaro, que ora se transcreve.

“Quero dizer à senhora Maria Alexandra que existem várias formas de lidarmos em sociedade. Uma delas não é tentar obrigar os outros a fazer aquilo que queremos ou impor um único objetivo pessoal. Não aceito e repudio qualquer ataque relacionado com o apoio social e com a deficiência.

Quero apenas transmitir que, há quatro anos e meio, quando tomámos posse, a Câmara Municipal tinha cerca de seis pessoas integradas no mercado de trabalho aberto. Atualmente, esse número é de cerca de vinte pessoas. Em quatro anos, estamos a falar de um aumento significativo de pessoas que estão a prestar serviço na Câmara Municipal e que foram identificadas com necessidades de apoio, nomeadamente relacionadas com deficiência.

Os números falam por si. A Senhora poderá fazer as afirmações que entender, mas não correspondem à realidade.

No que diz respeito à situação da Raquel, não é verdade que não haja acompanhamento. A situação já esteve integrada no nosso trabalho e, neste momento, foi tomada a decisão de realizar uma nova avaliação.

O percurso que seguimos foi o adequado. Foi feita uma avaliação e será solicitada uma nova apreciação no âmbito do processo de enquadramento.

Não é correto afirmar que o Presidente da Câmara não está a cumprir as suas responsabilidades nesta matéria. Pelo contrário, posso demonstrar que o número de pessoas com necessidades de apoio integradas na Câmara Municipal aumentou significativamente desde o início do mandato.

Contudo, importa esclarecer que nem todas as situações podem ser integradas de forma automática na Câmara Municipal. Cada caso exige avaliação técnica e cumprimento dos critérios definidos.

A Câmara Municipal cumpre a sua função social e analisa todas as situações que carecem de acompanhamento.

O que não pode acontecer é sermos pressionados ou confrontados como se tivéssemos de tomar decisões imediatas em todas as situações.



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

O que fazemos é um trabalho contínuo e responsável. Neste caso concreto, será feita uma nova avaliação da situação da Raquel e, se estiverem reunidas as condições necessárias, poderá ser integrada na Câmara Municipal.

Lamento as acusações feitas e não acrescentarei mais nada.”

ENCERRAMENTO

----- Nada mais havendo a tratar nesta sessão, eram 22 horas e 15 minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, João Pedro Velhinho Mendes, deu por encerrada esta sessão, a presença de todos. -----

E eu, Jorge Manuel Farófia Portel, coordenador técnico, redigi a presente ata, que depois de lida e aprovada integralmente na sessão seguinte, será assinada por mim e pelo Presidente da Assembleia Municipal de Redondo. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Redondo,

O Secretário,

Assinado por: **João Pedro Velhinho Mendes**
Certificado por: **SCAP Autárquico – Administração Eleitoral**
Atributos certificados: **Presidente da Assembleia Municipal de Redondo**



Assinado por: Jorge Manuel
Farófia Portel
Identificação: B111308809
Data: 2026-07-03 às 11:00:38